

A retomada do crescimento deve preceder a busca da economia estável

por Vera Saavedra Durão
do Rio

O Brasil tem de partir para uma política de retomada do desenvolvimento para alcançar a estabilidade e não ao contrário, defendeu ontem, em seminário promovido pelo Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ), a economista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Conceição Tavares, que propõe uma repactuação dos interesses das elites para "retorno dos negócios". Caso contrário, o País corre o risco de uma desindustrialização, alertou.

Para Conceição Tavares, a política econômica atual não leva a lugar nenhum. O ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, "faz o que pode" numa situação sem governo, pilotando uma renegociação da dívida externa e manobrando para evitar uma crise cambial que pode "estourar tudo". Um ajuste fiscal numa conjuntura recessiva e de inflação alta é, para a economista, "inócuo", não sendo solução de curto prazo. Explicou que, mesmo com ajuste fiscal, se entrar capital externo na economia, ancorado na dívida pública, dependendo do volume, pode "torrar" as contas fiscais.

Com base nestes argumentos, a professora da UFRJ acredita que os empresários estão hoje preocupados com a determinação do governo em estabilizar a economia primeiro e depois voltar a crescer. Inverter esta equação, por intermédio de uma repactuação de interesses das elites poderá criar condições de retomada dos negócios e favorecer a entrada de capital externo no Brasil ancorado em investimentos produtivos e não em "smart money", no curto prazo. "O que não falta hoje é poupança externa".



Maria da Conceição Tavares

O pacto das elites impõe, segundo Conceição Tavares, arbitragem para a taxa de juros, hoje em níveis "selvagens" e uma mediação de uma agência pública, no caso o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para garantir a distribuição de riscos.

A professora da UFRJ defende, ainda, como instrumento de captação de capital externo e de financiador de operações casadas entre exportações e investimentos, a criação de um título de médio prazo (360 dias) lastreado pelo Tesouro com base nas reservas cambiais, com rendimento em dólar (cambial). Este papel poderia ser lançado pelo BNDES, pelo Tesouro ou mesmo pelos próprios tomadores finais (no gênero "commercial paper").

O Brasil, segundo Conceição Tavares não pode correr o risco de se desindustrializar, pois não é o Chile, que tem sua economia garantida por suas reservas de cobre (correspondentes a 10% do PIB), nem a Argentina, onde as empresas do setor agrícola arrecadam em dólar e transformam o país, em aliança com os banqueiros e os peronistas, numa fazenda bem administrada.